



Câmara Municipal de Cambé

Estado do Paraná

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça, Legislação, Orçamento, Finanças,
Tributação, Redação de Proposições Legislativas, Apreciação de Contas do Município e Veto.

Cambé, 15 de Maio de 2023.

	Câmara Municipal de Cambé Estado do Paraná
PROTOCOLO Nº	801 23
Recebido em:	15/05/23 às 15:35
Protocolista	[Assinatura]

PROJETO DE LEI Nº 21/2023

SÚMULA: Dispõe sobre a cessão de servidora pública da Administração Direta ou Indireta do Município ao Batalhão da Polícia Militar de Cambé.

Autoria: Executivo Municipal

I – RELATÓRIO E IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Executivo Municipal, visa autorizar a cessão da servidora pública Angela Delmira Bueno, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – Feminino, ao Batalhão de Polícia Militar de Cambé, com ônus para o órgão de origem.

De acordo com a Exposição de Motivos, a presente cessão objetiva “estabelecer uma parceria positiva com os demais entes federados, no intuito de propiciar um atendimento a contento, com presteza e eficiência necessários à população...”. Outro motivo exposto, foi a necessidade de substituição da servidora pública Sônia Maria Luciano, que era cedida àquela Companhia e que veio a falecer.

Com a propositura, foi apresentado ofício sob o nº 005/2023, requisitando a cessão de uma servidora, expedido pelo Maj. QOPM Marcelo Israel da Costa Vieira, Comandante da 11ª CIPM/2º CRPM.

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância com o Art. 36, I, alínea “a”, do Regimento Interno desta Casa, “opinar exclusivamente sobre o aspecto constitucional, jurídico, legal e



Câmara Municipal de Cambé

Estado do Paraná

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça, Legislação, Orçamento, Finanças, Tributação, Redação de Proposições Legislativas, Apreciação de Contas do Município e Veto.

regimental das proposições, as quais não poderão tramitar na Câmara sem seu parecer, salvo nos casos previstos neste Regimento”.

A – DA COMPETÊNCIA

A Constituição Federal determina, em seu Art. 30, I, que compete aos Municípios legislar acerca de assuntos de interesse local.

Em consonância com a Lei Maior, a Lei Orgânica do Município assim dispõe:

Art. 5º. *Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:*

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

No que tange à iniciativa, o Art. 39, II, da Lei Orgânica do Município, determina:

Art. 39. *São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:*

(...)

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e regime previdenciário;

Isto posto, uma vez que o projeto encontra-se amparado pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal, verifica-se que não há qualquer impedimento para a tramitação da matéria.

B – DA CESSÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS

A cessão de servidor público é matéria prevista na Lei Orgânica do Município de Cambé. Vejamos:

Art. 84. *A cessão do servidor público na administração direta ou indireta do município à empresa ou entidades públicas far-se-á somente com autorização legislativa, salvo quando para o próprio poder legislativo ou órgão do mesmo poder*



Câmara Municipal de Cambé

Estado do Paraná

*CCJ – Comissão de Constituição, Justiça, Legislação, Orçamento, Finanças,
Tributação, Redação de Proposições Legislativas, apreciação de Contas do Município e Veto.*

*comprovada a necessidade, ou para o exercício de
função de confiança nos termos da lei.*

No mesmo sentido, o Estatuto dos Servidores
Públicos de Cambé, Lei nº 1.718/2003, apresenta, em seu Art. 146:

ART. 146. *O servidor poderá ser cedido mediante
requisição do órgão e anuência do mesmo, para ter
exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes
da União, dos Estados, ou do Distrito Federal e dos
Municípios, ou entidades associativas
representativas dos referidos órgãos.*

PARÁGRAFO 1º. *O ônus da remuneração poderá
ser do órgão ou entidade requisitante.*

Em relação ao previsto nos artigos
supracitados, evidencia-se que o presente Projeto de Lei atende às recomendações,
uma vez que foi solicitada autorização legislativa, bem como foi anexada à propositura
a requisição de cessão, expedida pelo Maj. QOPM Marcelo Israel da Costa Vieira,
Comandante da 11ª CIPM/2º CRPM.

Noutro giro, em que pese a Exposição de
Motivos justificar a propositura no estabelecimento de parcerias positivas e na
prestação eficiente dos serviços à população, bem como na substituição de servidora
que estava cedida e veio a falecer, ressalva-se que não consta no bojo da matéria a
determinação de prazo para a cedência, o que permite ao Executivo Municipal
perpetuar a cessão, sem a necessidade de uma nova autorização legislativa, bastando
para isso somente um ato de cessão expedido por meio de uma Portaria assinada pelo
Prefeito Municipal.

Considerando-se a ressalva quanto ao prazo da
cessão, verifica-se que a presente propositura encontra-se em consonância com os
preceitos da legislação municipal vigente.

III – CONCLUSÃO DO RELATOR

Trata-se de Projeto de Lei que dispõe acerca da
cessão de servidora pública da Administração Direta do Município de Cambé ao
Batalhão de Polícia Militar de Cambé, o qual, considerando as ressalvas, inexistem
 óbices legais ou constitucionais.




Câmara Municipal de Cambé


Estado do Paraná

*CCJ – Comissão de Constituição, Justiça, Legislação, Orçamento, Finanças,
Tributação, Redação de Proposições Legislativas, apreciação de Contas do Município e Veto.*

Neste entendimento, em virtude da Legalidade e Constitucionalidade da matéria, esta relatoria posiciona-se **FAVORÁVEL** à apreciação, discussão e votação da referida propositura em Plenário.

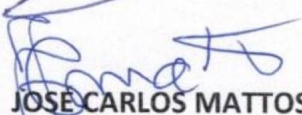
IV – DECISÃO DA COMISSÃO


ODAIR JOSÉ PAVIANI
Relator


ISAIAS PROENÇA DE FARIAS
Presidente

☒ Favorável

☐ Desfavorável


JOSE CARLOS MATTOS
Revisor

☒ Favorável

☐ Desfavorável